



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
Estado de São Paulo

**Resposta do Executivo 123/2024**

OFÍCIO Nº 0354/2024-GAP

Protocolo 38648 Envio em 27/05/2024 14:50:42

Paraguaçu Paulista-SP, 23 de maio de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Paulo Roberto Pereira  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista  
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

**Assunto: Requerimento nº 0135/2024-SO, de autoria do Vereador Ricardo Rio Menezes Villarino.**

Senhor Presidente:

Em atenção ao requerimento supracitado, que solicita informações referentes aos imóveis que foram cedidos ou doados ao município pela Secretária do Patrimônio da União - SPU, em relação aos questionamentos "a" e "b":

- a) Segue em anexo a relação dos imóveis;
- b) Seguem os documentos que comprovam a cessão de uso dos imóveis.

Certos da atenção de Vossa Excelência, apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito

ATS/LTJ/sasp  
OF

RIP Imóvel	Nº/RIP Utilização	Endereço	Bairro	Tipo de Imóvel	Regime de Utilização	Início Utilização	Terreno (m²)
6811000035008	6811000045003	R Arthur Ebel 1715 e nº 1785	Jardim América	Edifício / Prédio	Cessão de uso gratuita	18/01/2022	10.051,25
6811000055009	6811000065004	Pátio Estação de Cardoso Almeida	-	Terreno	Cessão de uso gratuita	22/07/2011	25.487,23
6811000075000	6811000085005	R Rua Dom Pedro II s/n	-	Terreno	Cessão de uso gratuita	22/07/2011	23.712,25
6811000095000	6811000105006	LT 2, Quadra 01, Setor 3 S/N	Vila Galdino	Escola	Uso próprio em serviço público	28/04/2014	46.018,00
6811000115001	6811000125007	R PAULA SOUZA sn	BARRA FUNDA	Terreno	Sem Destinação Definida	05/04/2022	7.091,00
6811000135002	6811000145008	R DOM PEDRO II sn	SAPEZAL	Terreno	Sem Destinação Definida	06/04/2022	14.126,00
6811000155003	6811000165009	R PAULO CEI sn	VILA AFFINI	Terreno	Sem Destinação Definida	06/04/2022	2.432,00
6811000175004	6811000185000	AV BRASIL sn	CENTRO	Terreno	Sem Destinação Definida	06/04/2022	31.090,00

Dados dos Imóveis da União

Fonte: SPU – Secretaria de Patrimônio da União (21 maio 2024)

Link: [https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/SPU-Transparencia\\_Ativa/SPU-Transparencia\\_Ativa.html](https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/SPU-Transparencia_Ativa/SPU-Transparencia_Ativa.html)





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

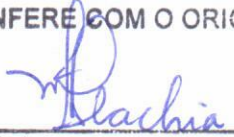
### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 178

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
PARAGUAÇU PAULISTA

CONFERE COM O ORIGINAL

  
Maria Luisa Ampudia Talachia  
RG 10.127.063-X  
Assessora de Gabinete

CESSÃO PROVISÓRIA, SOB O REGIME DE UTILIZAÇÃO GRATUITA, de imóveis situados no Pátio Ferroviário de Sapezal e Cardoso de Almeida denominados terrenos não operacionais, Estações de Cardoso de Almeida e Sapezal, Armazém, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, que entre si fazem, como Outorgante Cedente a UNIÃO, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União, e como Outorgado Cessionário o MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA, conforme processo nº 04905.006005/2007-98 E 04977.008259/2009-69.

Aos vinte e dois dias do mês de Julho de dois mil e onze, na Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo – SPU/SP, situada à Avenida Prestes Maia nº 733, bairro Luz, São Paulo/SP, compareceram de um lado, a UNIÃO, representada neste ato pela Superintendente do Patrimônio da União no Estado de São Paulo – SPU/SP, Sra. Evangelina de Almeida Pinho, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade RG nº 2.022.143 SSP/PE, inscrita no CPF/MF nº 412.004.974-49, matrícula SIAPE nº 2463416, residente e domiciliada nesta Capital/SP, nomeada por meio da Portaria MP nº 455, de 21 de julho de 2004, publicada no Diário-Oficial da União nº 140, Seção 2, página 26, de 22 de julho de 2004, com base no artigo 27, XVII, j da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e artigos 1º, X, e 40, III, do Decreto 7.063, de 13 de janeiro de 2010 e pelo artigo 1º da Portaria nº 40, de 18 de março de 2009, art. 2º, inciso VI, da Portaria nº 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria nº 211, de 28 de Abril de 2010 e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE Paraguaçu Paulista, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 44.547.305/0001-93, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Carlos Arruda Garms, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 5.227.015 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 031.986.938-53, e na presença das testemunhas ao final nomeadas, devidamente identificadas, celebram o presente TERMO DE CESSÃO PROVISÓRIA, segundo as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA** - a União é senhora e legítima possuidora dos seguintes imóveis situados no município de Paraguaçu Paulista: IMÓVEL 1 – NBP 3.622.009-0000 – Terreno de formato geométrico irregular, com benfeitorias – área adquirida pela rffsa – Rede Ferroviária Federal S.A de acordo com o Decreto Lei nº 10.373, de 30/07/1913., contendo a área total de 23.712,25 m²; IMÓVEL 2 – NBP 3.622.003-0000 – Terreno de formato irregular, com benfeitorias – área adquirida pela RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A de acordo com o Decreto Lei nº 10.373 de 30/07/1913., contendo a área total de 25.487.23 m²,





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 179

posteriormente incorporado ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal S/A, e por força do art 2º, inciso II, da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que extinguiu a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e transferiu à UNIÃO os seus bens imóveis não-operacionais através do Termo de Transferência nº 403/2009, nos termos do artigo 3º, inciso IV, c/c artigo, inciso II, alíneas “a” e “b”, do Decreto 6018, de 22/01/2007 e Portaria MP/SPU nº 437, de 28/11/2008; **CLÁUSULA SEGUNDA** - os mencionados imóveis assim se descrevem e caracterizam: **IMÓVEL 1** – NBP 3.616.009-000 – as divisas desta área têm início no ponto B, situado em normal ao km 602+446,50 m, afastado 15,00m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 48,37 m, até encontrar o ponto C, situado em normal ao km 602+452,50 m, afastado 63,00 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório paralelo ao eixo da via férrea seguindo o alinhamento predial da Rua D. Pedro II, com uma distância de 482,00 m, até encontrar o ponto D, situado em normal ao km 602+943,50 m, afastado 63,00 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 48,00 m, até encontrar o ponto A, situado em normal ao km 602+934,50 m, afastado 15,00 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita segue em reta, pelo alinhamento divisório, paralelo ao eixo da via férrea, com uma distância de 249,50 m, até encontrar o ponto E, situado em normal ao km 602+685,00 m, afastado 15,00 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à esquerda e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 9,50 m, até encontrar o ponto F, situado em normal no vértice do alinhamento da plataforma da Estação Sapezal, situado em normal ao km 602+685,00 m, afastado 5,50 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento da plataforma, paralelo ao eixo da via férrea, com uma distância de 45,50 m, até encontrar o ponto G, situado em normal ao km 602+639,50 m, afastado 5,50 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 9,50 m, até encontrar o ponto H, situado em normal ao km 602+639,50 m, afastado 15,00 m do eixo da via férrea, no lado esquerdo do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à esquerda e segue em reta, pelo alinhamento divisório, paralelo ao eixo da via férrea, com uma distância de 193,00 m, até encontrar o ponto B, origem desta descrição. Confrontando nos pontos B-C, com propriedade de Lourenço dos Santos ou sucessores; nos C-D, com a Rua D. Pedro II, nos pontos D-A, com continuação da Rua D. Pedro II parcialmente construída em próprios da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A, e nos pontos A-E, E-F, F-G, G-H, H-B, com Propriedade da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A. Benfeitorias: NBP



CONFIRMAR COM ORIGINAL





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 180

4324.248 – Casa, construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 96,00 m<sup>2</sup>; NBP 4324.253 – Casa, construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 66,00 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não consta do levantamento TREVISAN; NBP 4420.637 – Estação Sapezal, construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, instalações elétricas, com área construída de 274,25 m<sup>2</sup>; NBP 4420.639 – Armazém/Galpão – DEMOLIDO; NBP 4420.640 – Guarita – DEMOLIDA; IMÓVEL 2 – NBP 3622.003-0000 – as divisas desta área têm início no ponto 1, situado em normal ao km 575+367,96m, afastado 10,00 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 43,75 m, até encontrar o ponto 2, situado em normal ao km 575+411,75 m, afastado 7,50 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, com uma distância de 97,50 m, até encontrar o ponto 3, situado em normal ao km 575+510,25 m, afastado 6,00 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 247,50 m, até encontrar o ponto 4, situado em normal ao km 575+760,25 m, afastado 6,50 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 6,50 m, até encontrar o ponto 5, situado em normal ao km 575+760,25 m, afastado 13,00 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 2,50 m, até encontrar o ponto 6, situado em normal ao km 575+575,75 m, afastado 13,00 m do eixo da via férrea, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à esquerda e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 62,50 m, até encontrar o ponto 7, situado em normal ao km 575+575,75 m, afastado 75,50 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 380,00 m, até encontrar o ponto 8, situado em normal ao km 575+363,96 m, afastado 62,00 m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita e segue em reta, pelo alinhamento divisório, com uma distância de 52,00 m, até encontrar o ponto 1, origem desta descrição. Confrontando nos pontos 1-2, 2-3, 3-4, 4-5, com propriedade da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A; nos pontos 5-6, 6-7, 7-8, 8-1, com propriedade da Empresa Colonizadora e imobiliária São Miguel ou sucessores. Benfeitorias – NBP 4324.228 – Casa – DEMOLIDA - construção em

EM 09/06/2024  
Luiz Fernando de Melo Corrêa  
Analista de Infra-Estrutura  
Múltipla Assinatura  
2024/21530/21530\_original.pdf

ORIGINAL

Resposta do Executivo 123/2024 Protocolo 38648 Envio em 27/05/2024 14:50:42  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada.  
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: [https://sapf.paraguacu.sp.gov.br/public/materialegislativa/2024/21530/21530\\_original.pdf](https://sapf.paraguacu.sp.gov.br/public/materialegislativa/2024/21530/21530_original.pdf)





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 181

estrutura e paredes de alvenaria de tijolos e também de madeira, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 144,75 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Consta do levantamento TREVISAN sem laudo de baixa; NBP 4324.229 - Casa - DEMOLIDA - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos e também de madeira, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 129,50 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Consta do levantamento TREVISAN sem laudo de baixa; NBP 4420.605 - Poço e cobertura - DEMOLIDO - construção em estrutura metálica, com cobertura de telhas de fibrocimento, com área construída de 16,50 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não consta do levantamento TREVISAN; NBP 4420.606 - Poço e cobertura - DEMOLIDO - construção em estrutura metálica, com cobertura de telhas de fibrocimento, com área construída de 19,25 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não consta do levantmaneto TREVISAN. NBP 4420.607 - Poço - DEMOLIDO - construção em estrutura de concreto, com paredes de alvenaria de tijolos, cobertura de laje de concreto, instalações hidráulicas, com área construída de 1,13 m<sup>2</sup>. Consta do levantmaneto TERRAFOTO sem laudo de baixa. Consta do levantamento TREVISAN sem laudo de baixa. NBP 4420.609 - Poço e cobertura, construção em estrutura de concreto, com paredes de alvenaria de tijolos, cobertura de laje de concreto, instalações hidráulics, com área construída de 12,25 m<sup>2</sup>; NBP 4420.610 - Estação de Cardoso de Lameida - DEMOLIDA - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, esquadrias de madeira, instalações elétricas, com área construída de 232,00 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Consta do levantamento TREVISAN sem laudo de baixa. NBP 4420.611 - Depósito - DEMOLIDO - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de madeira, instalações elétricas, com área construída de 34,25 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Consta do levantameneto TREVISAN sem laudo de baixa. NBP 4420.612 - Poço e cobertura - DEMOLIDO - construção em estrutura de concreto, com paredes de alvenaria de tijolos, cobertura de telhas de barro do tipo paulistinha, instalações hidráulicas, com área construída de 9,00 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não consta do levantamento TREVISAN. NBP 4420.613 - Cobertura para poço - DEMOLIDA - com estrutura em madeira, com telhas de barro do tipo francesa, com área construída de 9,00 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Consta do levantamento TREVISAN sem laudo de baixa. NBP 4420.614 - Cobertura para poço - DEMOLIDA - com estrutura em madeira, com telhas de barro do tipo francesa, com área construída de 10,50 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 182

abixa. Não consta do levantamento TREVISAN. NBP 4420.615 – Cobertura para poço – DEMOLIDA – com estrutura em madeira, com telhas de barro do tipo paulistinha, com área construída de 19,25 m<sup>2</sup>. Cosnta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não cosnta do levantamento TREVISAN. NBP 4420.616 – Armazém/Galpão, contrução em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com esquadrias de ferro, instalações elétricas, com área construída de 429,00 m<sup>2</sup>. NBP 4420.617 – Depósito – DEMOLIDO – construção em estrutura e paredes de madeira, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, instalações elétricas, com área construída de 35,00 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não consta do levantamento TREVISAN. NBP 4420.618 – Guarita – DEMOLIDA – construção em estrutura e paredes de madeira, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa, com área construída de 1,92 m<sup>2</sup>. Consta do levantamento TERRAFOTO sem laudo de baixa. Não Consta do levantamento TREVISAN. Os NBPs 4324224-0, 4324225-0, 4324250-0, 4324251-0, 4324252-0 são imóveis residenciais ocupados que serão objeto de outro processo de destinação. O NBP 4324248-0 é uma residência não ocupada que será utilizada como Museu; **CLÁUSULA TERCEIRA** – tendo em vista o disposto na Portaria nº 43, de 20 de Abril de 2011, da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 26 de abril de 2011, e, com fundamento no art. 21 da Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.483/2007 e no art. 6º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, é feita a Cessão Provisória de Uso Gratuito, dos imóveis antes descritos e caracterizados, que se destinam, exclusivamente, a implantação de trêm turístico e terá vigência pelo prazo necessário à incorporação do imóvel ao Patrimônio da União, ocasião em que poderá ser substituída por instrumento de cessão definitivo, mediante autorização expressa da autoridade competente e após o devido procedimento administrativo; **CLÁUSULA QUARTA** – são obrigações do OUTORGADO Cessionário: I – zelar pelo imóvel cedido, realizar sua fiscalização, conservação e guarda, bem como obedecer às normas de uso e a legislação pertinente; II – permitir o livre acesso, às instalações do empreendimento, de servidores da Secretaria do Patrimonio da União – SPU e de outros órgãos com jurisdição sobre a área do imóvel cedido quando devidamente identificados e em missão de fiscalização; III – Obriga-se o cessionário a realizar, as suas expensas, as despesas com vigilância, água, luz, conservação durante a vigência do Termo; IV – lhe incumbirá o pagamento dos impostos, taxas e tarifas incidentes, ou que venham a incidir, sobre o bem ora cedido, ou sobre a sua utilização; **PARAGRAFO PRIMEIRO** – os direitos e obrigações mecionados na Portaria autorizativa, bem como os contidos nesta cláusula, não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do Termo de Cessão e da legislação pertinente. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – Incumbirá ao OUTORGADO Cessionário manter no imóvel cedido, em local visível, placa de publicidade, de

EM: 09.12.2024  
Luz Fernando de Mello Cordeiro  
Analista de Patrimônio  
Superintendência do Patrimônio da União  
SPU/SP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 183

acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, correndo a conta do OUTORGADO Cessionário todas as custas e despesas deles decorrentes.

**CLÁUSULA QUINTA** – Responderá o Cessionário por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes a área de que trata este Termo, inclusive no que se refere às benfeitorias e acessórios ali existentes.

**CLÁUSULA SEXTA** - considerar-se-á rescindido o presente Termo de Cessão Provisória independente de ato especial, retornando o imóvel à posse da OUTORGANTE Cedente, sem direito do OUTORGADO Cessionário, a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos: a) se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi destinada; b) de houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão; c) se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual; d) se o OUTORGADO Cessionário renunciar à Cessão Provisória, deixar de exercer as suas atividades específicas, ou ser extinto; e e) na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente, ressalvada, em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento da União;

**CLÁUSULA SÉTIMA** – a presente cessão provisória é feita nas seguintes condições: a) cessado o prazo estabelecido na Cláusula Terceira, reverterá o imóvel à Administração da OUTORGANTE, independentemente de ato especial; b) a cessão fica sujeita à fiscalização periódica por parte da SPU; c) não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na Cláusula Terceira; d) não serão realizadas alterações físicas no imóvel caso existam edificações e necessidade de manutenção dos elementos estéticos relevantes da edificação e de seu entorno, sem o consentimento dos órgãos competentes de patrimônio histórico e arquitetônico; e) qualquer ampliação ou alteração do imóvel cedido deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente à SPU/SP, incumbindo ao OUTORGADO, após a autorização, encaminhar à essa unidade regional a documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a certidão comprobatória de sua ocorrência. f) caso o imóvel seja considerado de valor histórico haverá, mediante solicitação do IPHAN, gestão compartilhada do imóvel segundo o art. 9º da Lei nº 11483/2007 e art. 7º do Deceto nº 6018/2007;

**CLÁUSULA OITAVA** – verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas Cláusula Sétima, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional.

**CLÁUSULA NONA** – O presente Termo será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, após a sua lavratura. Pelo OUTORGADO Cessionário, por intermédio do seu representante, ante as testemunhas presentes a este ato, foi dito que aceitava o presente Termo, em todas as suas condições e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos. E, assim, por se acharem ajustados e contratados, assinam a UNIÃO, como OUTORGANTE Cedente e a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro Nº 21

FOLHA Nº 184

Paulista como OUTORGADO Cessionário, através do seu representante, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presente a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Estado de São Paulo, livro 21, valendo o mesmo como Escritura Pública de acordo com o artigo 13, inciso VI, do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 10 da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968. E eu, **LUIZ FERNANDO DE MELO CORREIA**, ..... **SIAPE nº 1666480**, lavrei o presente **TERMO DE CESSÃO PROVISÓRIA DE USO GRATUITO**.

**EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO**

Superintendente do Patrimônio da União no Estado de São Paulo

**CARLOS ARRUDA GARMS**

Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

#### Testemunhas:

Nome: *Apresentado por Carlos Arruda Garms*

Nome: *maçã de açúcar de açúcar*

RG nº: *5.521.562*

RG nº: *(827947)*

NOTA: Tendo em vista a vacância do cargo do sr° Carlos Arruda Garms, por falecimento, o presente instrumento será lavrado pelo atual prefeito Sr° Ediney Taveira Queiroz, RG 5779537 SSP-SP, CPF 362.887.568-49. Quanto a qualificação inicial, do presente instrumento, onde consta:

"...neste ato representado por seu Prefeito Sr. Carlos Arruda Garms, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 5.227.015 SSP SP, inscrito no CPF MF nº 031.986.938-53..."

#### passa a vigorar:

"... neste ato representado por seu Prefeito Sr° Ediney Taveira Queiroz, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 5779537 SSP-SP, CPF 362.887.568-49..."

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**

Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista







**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Livro Nº 38

FOLHA 180

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO** de imóvel Próprio Nacional, oriundo da extinta **LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA**, situado Rua Doutor Arthur Ebel, nºs 1715 e 1785, Jardim América, CEP 19700-000, município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, que entre si fazem, como **OUTORGANTE Cedente** a **UNIÃO**, e como **OUTORGADO Cessionário** o **MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA**, conforme Processo SEI número 04977.003841/2005-13.

Aos dezoito (18) dias do mês de janeiro do ano de 2022, na Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo, situada na Avenida Prestes Maia, 733, 17º andar, Centro, São Paulo/SP, compareceram partes entre si justas e acordadas, a saber: de um lado, como **OUTORGANTE Cedente** do presente instrumento, a **UNIÃO**, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO**, representada neste ato pelo Superintendente do Patrimônio da União em São Paulo, Senhor **DENIS FABRISIO DE OLIVEIRA SELYMES**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 16.587.884-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 261.989.228-09, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, nomeado por meio da Portaria nº 9.550 de 08 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 72, Seção nº 2, Página 16, em 15 de abril de 2020, com base no Art. 102 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 e no inciso II do Art. 5º da Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021, publicada no D.O.U. de 01 de dezembro de 2021 e, de outro lado, como **OUTORGADO Cessionário**, o **MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o número 44.547.305/0001-93, com sede Avenida Siqueira Campos, 1430, Centro, CEP 19.700-000, município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor **ANTONIO TAKASHI SASADA**, brasileiro, portador da carteira de identidade número 18.347.608-6, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o número 099.786.208-42, e as testemunhas qualificadas e assinadas ao final do presente Contrato. E, na presença das mesmas testemunhas, foi dito que: **CLÁUSULA PRIMEIRA** – que a **UNIÃO** é senhora e legítima proprietária do imóvel cadastrado no SPIUnet sob o RIP número 6811 00003.500-8, situado na Rua Doutor Arthur Ebel, números 1715 e 1785, Jardim América, CEP 19700-000, município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, com área total de 10.051,25 m², conforme matrícula número 11.397, Livro 118, fls. 129/132 do 1º Cartório de Notas de Paraguaçu Paulista, cuja aquisição se processou pela extinção da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA, por meio da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, dos Decretos nº 1.496, de 22 maio de 1995, e nº 1.686, de 26 outubro 1995, e do Decreto-Lei nº 593, de 27 de maio de 1969, tudo conforme o Processo SEI número 04977.003841/2005-13. **CLÁUSULA SEGUNDA** – o mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Um imóvel urbano com benfeitorias, consistente dos Lotes nº 01, da Quadra nº 102, setor 16, da 3ª Zona, do Cadastro Municipal o qual possui as seguintes metragens e confrontações: pela frente, mede 105 m (cento e cinco metros) e confrontando-se com a Rua Dr. Artur Ebel, lado ímpar do logradouro; pelo lado direito, de quem da citada rua olha para o imóvel, mede 110 m (cento e dez metros) e confrontando-se com a Rua Ana Néri, com a qual faz esquina; pelo lado esquerdo, mede 105 m (cento e cinco metros) e confrontando-se com propriedade de Alfredo Ângelo Soncini; e, finalmente nos fundos, mede 71 m





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Livro Nº 38**

**FOLHA 181**

(setenta e um metros) e confrontando-se com propriedade da Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista (lote nº 2), perfazendo uma área total de 10.051,25 m<sup>2</sup> (dez mil, cinquenta e um metros quadrados e vinte e cinco centésimos de metro quadrado), contendo o imóvel, uma curva de 16,79 metros, até o alinhamento da rua Ana Néri. **CLÁUSULA TERCEIRA** – neste ato, a OUTORGANTE formaliza a cessão do imóvel ao OUTORGADO, que se incumbirá da administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas da unidade destinada abrigar o Centro de Convivência do Idoso – CCI *Maria Almeida Gobbi*, bem como a Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI *Irmã Lúcia*; **CLÁUSULA QUARTA** – que, tendo em vista o disposto no § 3º art. 79 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, c/c inciso I, do art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e alínea “a”, do Inciso II, do art. 2º, da Portaria nº 144, de 9 de julho de 2001, é feita a Cessão de Uso Gratuito do imóvel antes descrito e caracterizado, que se destina a abrigar o CCI *Maria Almeida Gobbi*, assim como o EMEI *Irmã Lúcia*; que terá vigência pelo prazo de 20 anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério da Economia. **CLÁUSULA QUINTA** – o destinatário do imóvel obriga-se a: I – apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho para a promoção da acessibilidade, prevendo o início das obras e/ou intervenções no período de 2 (dois) anos, contados da data de assinatura do presente Termo, e manter a acessibilidade do prédio, nos termos da Lei nº 10.048, de 8/11/2000 e da Lei nº 10.098, 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, e conforme os critérios estabelecidos pela Norma 9.050/2004 da ABNT, ou legislação que venha a substituí-los ou complementá-los; e II – remeter anualmente, à OUTORGANTE, relatório circunstanciado que comprove o adimplemento do encargo previsto. **CLÁUSULA SEXTA** – considerar-se-á rescindido o presente Contrato de Cessão, independente de ato especial, retornando o imóvel à posse da OUTORGANTE Cedente, sem direito o OUTORGADO Cessionário, a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos: a) se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi destinada; b) se houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão; c) se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual; d) se o OUTORGADO Cessionário renunciar à Cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas, ou ser extinto; e) se, em qualquer época, a OUTORGANTE Cedente necessitar do imóvel para seu uso próprio, ressalvada, em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento da União. **CLÁUSULA SÉTIMA** – a presente cessão é feita nas seguintes condições: a) cessado o prazo estabelecido na Cláusula Quarta, reverterá o imóvel à administração da OUTORGANTE, independentemente de ato especial; b) a cessão fica sujeita à fiscalização periódica por parte da SPU; c) não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na Cláusula Quarta; d) qualquer ampliação ou alteração do imóvel cedido deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo, incumbindo ao OUTORGADO, após a autorização, encaminhar a esta Superintendência a documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a certidão comprobatória de sua ocorrência; **CLÁUSULA OITAVA** – que verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas nas letras “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula Sexta, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional. **CLÁUSULA NONA** – Fica a Outorgada Cessionária obrigada, nos termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, às suas expensas, a confeccionar e afixar placa que





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Livro Nº 38

FOLHA 182

identifique a participação da União no projeto. Parágrafo Único: Nos anos em que se realizar eleição, fica vedada a realização de solenidades, cerimônias, atos, eventos ou reuniões públicas de divulgação, ou qualquer outra forma de exaltação do ato administrativo de transferência capaz de afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, inclusive a afixação da placa de que trata o caput. **CLÁUSULA DÉCIMA** - O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, após a sua lavratura. Pelo OUTORGADO Cessionário, por intermédio do seu representante, ante as testemunhas presentes a este ato, foi dito que aceitava o presente contrato, em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos. E, assim, por se acharem ajustados e contratados, assinam a UNIÃO, como OUTORGANTE Cedente e o Município de Paraguaçu Paulista, como OUTORGADO Cessionário, por meio de seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado no Livro de Notas nº 38, fls. 180 a 182, da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo, valendo o mesmo como Escritura Pública de acordo com o artigo 13, inciso VI, do Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 10 da Lei n.º 5.421, de 25 de abril de 1968. Eu, Alcita Graciano de Carvalho, matrícula SIAPE nº 1575613, lavrei o presente **CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO**.

**DENIS FABRISIO DE OLIVEIRA SELYMES**

Superintendente do Patrimônio da União em São Paulo

**ANTONIO TAKASHI SASADA**

Prefeito de Paraguaçu Paulista

Testemunhas:

Nome: Sidney Namy da Silva

RG: 20.904.299-0

CPF: 185.984.688-27

Assinatura:

Nome: Jose Zubeens Alchao

RG: 21.537.289-X

CPF: 007.509.989-62

Assinatura:





## MEMORANDO INTERNO

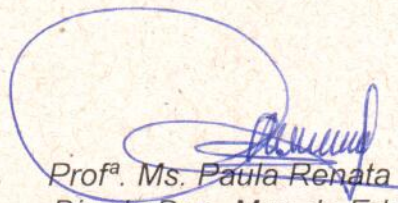
De	DME
Para	GABINETE DO PREFEITO A/C Sr. Antônio Takashi Sasaça (Antian)
Assunto	Referente ao Memorando Interno nº 028/2022, parecer técnico do Departamento de Educação quanto à utilização da área que abriga a EMEI Irmã Lúcia.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 14 de Março de 2022.

Excelentíssimo Prefeito,

A respeito das informações solicitadas pelo Gabinete, informamos que, na Rua Arthur Ebel, nº 1715, Jardim América, está instalada e em pleno funcionamento a EMEI Irmã Lúcia, atendendo a mais de 100 (cem) crianças com idade entre 4 (quatro) meses e 3 (três) anos e 11 (onze) meses. As atividades da unidade escolar acontecem, diariamente, nos períodos manhã e tarde, tudo conforme informações detalhadas prestadas pela Diretora da Escola, as quais seguem anexas.

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para outros esclarecimentos, se ainda necessários.

  
Profª. Ms. Paula Renata Bertho  
Dir. do Dep. Mun. de Educação





## "EMEI IRMÃ LÚCIA"

Rua Arthur Ébel, 1715 – Jd. América – Fone: (0XX) 18-3362-3515 CEP 19.700-000  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – São Paulo

**Ofício: 005/2022**

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 11 de Março de 2022.

Ilma . Senhora  
Profª Paula Renata Bertho  
DD. Diretora do Departamento Municipal de Educação  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista – SP.

**Assunto:**

Prezada Senhora: Justificativa de Existência.

Venho através deste, informar a Vossa Senhoria, que a Escola EMEI Irmã Lúcia possui cadastro CIE com número 35.223.335, localizada na Rua Arthur Ebel, número 1.715 no Bairro Jardim América. Atende cem crianças com idade de quatro meses a três anos e onze meses.

A escola possui quatro salas de aula. Sendo quatro de período integral e quatro de período parcial, manhã e tarde. As salas são compostas com as seguintes denominações: uma sala com dezesseis crianças de Berçário I e II – Multisseriada, uma sala de Berçário II com dezoito crianças; uma sala de Maternal I com onze crianças, uma sala de maternal II com treze crianças.

Período parcial – manhã: uma sala de Maternal I com nove crianças; uma sala de Maternal II com doze crianças.

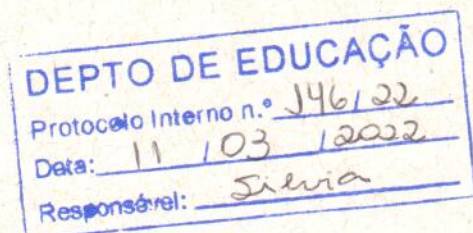
Período parcial – tarde: uma sala de Maternal I com oito crianças; uma sala de Maternal II com quinze crianças.

As crianças atendidas pertencem aos bairros Jardim América, Tênis Clube e Jardim Bela Vista.

A escola é bem procurada pela comunidade por ser única aos bairros que circunvizinham e pelo trabalho desenvolvido com as crianças, que faz dela uma escola com ótima identidade.

Sendo só para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Rosana Corrêa  
RG:25.461.845-5  
Diretor de Escola





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA  
ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**MEMORANDO INTERNO nº 047/2022**

<b>DO:</b>	Departamento de Assistência Social
<b>PARA:</b>	Gabinete
<b>Assunto</b>	Parecer Técnico do CCI

Paraguaçu Paulista, 9 de março de 2022.

Em resposta ao despacho do Gabinete em relação ao Memorando Interno do Departamento Municipal de Assuntos Jurídicos, referente ao Memorando Interno nº 028/2022 (01 lauda); Minuta do Contrato de Cessão de Uso Grátis (04 laudas), estamos encaminhando o Parecer Técnico do Centro de Convivência do Idoso "Maria Almeida Gobbi".

Sem mais para o momento, reiteramos votos de elevada estima e consideração.  
Atenciosamente,

  
CATIA APARECIDA DA SILVA  
Diretora da Assistência Social





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA  
ESTADO DE SÃO PAULO

**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Parecer Técnico do Centro de Convivência do Idoso “Maria Almeida Gobbi”**

O Centro de Convivência do Idoso “Maria Almeida Gobbi” foi inaugurado no ano de 1989, localizado e em funcionamento na Rua Arthur Ebel, 1.785 – Bairro Bela Vista – Paraguaçu Paulista – SP, desde então.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que organiza por nível de complexidade os serviços do SUAS, o Centro de Convivência do Idoso “Maria Almeida Gobbi” desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos, dentro dos Serviços de Proteção Social Básica.

O Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos, tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.

Atualmente o CCI está atendendo 150 (cento e cinquenta idosos) diariamente no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos, desenvolvendo os seguintes trabalhos: acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos socioeducativos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; informação; banco de dados dos usuários; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania, atividades artísticas e culturais e atividades esportivas.

A estrutura física do CCI possui sala de atendimento individualizada, sala para coordenação, salão para atividades coletivas e comunitárias, cozinha, instalações sanitárias, com





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA  
ESTADO DE SÃO PAULO

**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

adequada iluminação, ventilação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos os seus ambientes de acordo com as normas da ABNT, possui ainda, uma quadra poli esportiva para a prática as atividades físicas.

Hoje consideramos que espaço físico utilizado pelo CCI e o serviço prestado, atende todas as necessidades e as prerrogativas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Paraguaçu Paulista, 09 de março de 2022.

CATIA APARECIDA DA SILVA

Diretora da Assistência Social



